

Com frio até nos ossos –
eventos climáticos extremos
e temporalidades na história e
na memória

Cold to the bone – extreme
weather events and times in
history and memory

Gilmar Arruda¹
Roger Domenech Colacios²

Resumo: artigo analisa como eventos climáticos extremos transformam-se em marcos temporais e efemérides da memória social e historiografia de determinada comunidade/região. Tem-se como estudo de caso a Geada Negra no norte do Paraná, que ocorreu em 1975, sob a ótica da História Ambiental e dos estudos sobre tempo histórico e memória. As fontes utilizadas, em sua maioria, são reportagens em jornais contemporâneos do evento e com lembranças, compreendendo uma periodização que vai desde 1975 a 2015. Como conclusão, argumenta-se sobre a necessidade de a historiografia considerar a presença de eventos naturais, extremos ou não, na constituição das estruturas temporais presentes na memória e na história das sociedades humanas. **Palavras-chave:** história ambiental; eventos climáticos extremos; Geada Negra de 1975; memória social.

Abstract: The article analyzes how extreme climatic events, such as frost, become temporal landmarks and ephemeris of the social memory and historiography of a given community or region. Having as a case study the Black Frost in the North of the State of Paraná, in 1975, based on environmental history, studies on historical time and memory, the sources used are reports in newspapers contemporary to the event and the moments of its remembrance, covering a period that goes from 1975 to 2015. As a conclusion, it is argued about the need for historiography to consider the presence of natural events, extreme or not, in the constitution of temporal structures present in the memory and history of human societies. **Keywords:** environmental history; extreme climatic events; Black Frost of 1975; social memory.

Introdução: os icebergs do tempo

As datas são pontas de icebergs, portos seguros da memória social. Cabe ao historiador procurar por essas erupções gélidas no tempo, provocando a seriação das datas, de seus acontecimentos e eventos. As datas seriam, portanto, elos em uma cadeia de significados, dotados de sentido. A sociedade, afirma-nos Alfredo Bosi (1992, p. 19), depende da base sólida desses icebergs, “datas são números”; assim, “[...] a memória da sociedade precisa repousar em sinais inequívocos, sempre iguais a si mesmos; e o que há de mais inequívoco e sempre igual a si mesmo do que o número?”.

A concepção de tempo — o sentido dos tempos históricos atuais — é pautada pela noção de irreversibilidade. Trata-se de um indício do lugar ocupado pelas datas na concretização da memória e do passado. Datas enquanto números significam a sequência infinita do passar temporal. As datas podem ser revisitadas, mas nunca revividas. Datas são enunciadoras de novos tempos e também de fim dos ciclos, “[...] o momento exato em que cedem lugar ao período que os vai superar” (Bosi, 1992, p. 26).

Os marcos temporais contemporâneos, em sua maioria, são determinados pelos fatos da história política, por exemplo: Independência do Brasil, em 07 de setembro de 1822; Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889; ataque a Pearl Harbor, em 07 de dezembro de 1941; o 11 de setembro, de 2001, nos Estados Unidos. Essas datas recorrentemente vêm à tona pela memória e pela história social, em seus respectivos países de importância, regiões de ocorrência ou grupos de pessoas marcadas por esses eventos. Esses acontecimentos e datas são comemorados tanto pela representação positiva quanto pela negativa que possam trazer.

Pouco, no entanto, foi discutido a respeito de outros tipos de eventos: oriundos do mundo natural. Ou seja, datas que tiveram a natureza ou o meio ambiente como protagonistas, afetando significativamente o cotidiano humano; situações em que o peso ou a influência dos aspectos não humanos foi significativo o suficiente para serem encravadas na memória social, não

importando sua amplitude. Exemplos desses momentos naturais-humanos são vários: furacão Katrina, em Nova Orleans, em 2005; erupção do Vesúvio em 1979; terremoto em Valdivia/Chile em 1960; os recorrentes tremores de terra no Japão. São datas que marcam a história e a memória social nas regiões em que ocorrem e são rememoradas de tempos em tempos.

De maneira geral, os eventos climáticos são os principais marcadores temporais nessa relação entre natureza e humanidade, como: o grande inverno de 1709 na Europa; o terremoto em Portugal em 1755; a seca de 1915 no Ceará; a onda de calor em Lute/Irã em 2004; ou a Geada Negra, tal qual aconteceu em 1975 no Brasil, foco de nossa análise. São eventos que se sucedem na história humana, marcando ou influenciando a organização temporal dos grupos sociais que os vivenciaram. Embora significativos e presentes em todos os períodos e sociedades, são pouco considerados pela historiografia⁵.

Neste artigo, parte-se da premissa de que os marcos temporais oriundos de eventos naturais são referências significativas para a história humana. Os efeitos dessas “datas” sobre o cotidiano são cicatrizes que não se curam e que marcam o passar do tempo, determinam uma fronteira entre um antes e um depois e levam à reflexão e a tentativas de alterar uma dinâmica da realidade. A Geada Negra no Paraná, a qual se deu em 1975, é um exemplo disso. Conforme veremos, a memória e a história desse evento marcam o tempo na região, sendo rememorada frequentemente. Trata-se de um evento representativo não somente do tempo natural, mas da memória, servindo como ponta de iceberg para localizar o historiador e a sociedade paranaense no passado.

Os aspectos teóricos que fundamentam essa relação entre tempo social e tempo natural são relativamente escassos. Os historiadores, apesar de tratarem desse assunto de algum modo, em muitos casos negligenciam a abordagem direta desse entrelaçamento. Os eventos naturais foram tratados e/ou simplificados como parte da história política ou econômica, relegando-se a natureza, suas interações e suas movimentações, como se fossem subsequentes às ações humanas.

Esse direcionamento no olhar historiográfico é resultado da supervalorização dada ao tempo artificial, especialmente após o advento da chamada Revolução Industrial. Tem-se a “ditadura do relógio”, nas palavras de George Woodcock (2020), ou a transformação do tempo — observada por Edward P. Thompson (1998) —, a qual tornou o tempo humano artificial o principal e, quem sabe, a única forma válida de perceber a passagem da vida. O tempo-máquina, industrial e inumano, centraliza os tempos da história contemporânea e o tempo presente. O tempo-natural, com seus próprios andamentos, ignora o tempo-máquina, ao mesmo tempo que o influencia e é influenciado por ele.

Krzysztof Pomian (1993), partindo da classificação em tempos internos (sono-fome), um tempo psicológico (individual/qualitativo), tempos externos (relógios-sol) e um tempo quantitativo/medido, analisa o percurso realizado entre o medievo até a formação de “arquitetura temporal” da sociedade na qual o tempo cronometrado passou a orientar o tempo interno.

Pomian (1993) reconhece que essa inversão — ou influência — não é isenta de problemas, enumerando diversos conflitos entre esses dois tempos, desde aqueles em torno do tempo de trabalho até os distúrbios de sono e ansiedade provocados por essa arquitetura temporal contemporânea. Mas, apesar de esse processo ter levado alguns séculos (XIV a XX), o tempo quantitativo nunca se impõe completamente, e os indivíduos e as sociedades continuam a ser influenciados tanto pelo tempo psicológico quanto pelo tempo natural. Dessa maneira, eventos como a Geada Negra são marcados a ferro pelo dia e hora de seu acontecimento, mas seus efeitos de marco temporal são comumente deixados de lado, traduzidos como mais um momento de atuação natural, cíclico, até mesmo igual a muitos outros; suas marcas estendem-se para além do evento em si.

A separação historiográfica entre o mundo natural e a humanidade ocorreu — de modo metodologicamente orientado — na Europa a partir do século XVIII. As ciências da natureza, particularmente a história natural, ganham destaque no meio acadêmico e requerem um *status* individualizado em relação à história “em geral”. De fato, houve a separação entre áreas do conhecimento, porém

mantendo-se a interação entre espaço e tempo, resultado da dinâmica temporal da biologia (Koselleck, 2014).

Tal movimento historiográfico teve consequências significativas. Koselleck (2014) abordou a relação entre espaço — entendido como meio natural — e tempo, duas categorias fundamentais para a historiografia. O historiador alemão deixa claro que espaço e tempo dão as condições de possibilidade da história enquanto pressupostos meta-históricos, elementos basilares nos trabalhos de reconstrução dos “espaços de vida”.

Certamente, há uma relação intrínseca e dialética nas construções histórica e social dada pela perspectiva espacial. A história climática, períodos de fome e seca, grandes dilúvios, entre outros eventos apontam, conforme a análise proposta por Koselleck (2014), para os limites humanos frente ao mundo natural, ao seu espaço de atuação. Na análise da história regional (e de escalas maiores de abordagem), o espaço de atuação humana, suas condições naturais e ambientais constituem-se como os domínios econômicos, políticos e/ou militares que denotam os contornos da história humana possível. O próprio movimento e as transformações da natureza ou do meio ambiente também apontam para os desafios humanos.

Koselleck (2014) afirma que os fatores meta-históricos, como as condições geológicas, geográficas ou climáticas, não são controlados pelos seres humanos. Todavia, ele admite que há a possibilidade de influência, mas não de domínio. Essa diferença é marcante para o historiador, pois essas condicionantes são fundamentais para experiências temporais antropológicas, tanto pela potencialização cultural das necessidades humanas, com a abertura de novas frentes de domínio espacial e com recursos naturais obtidos, quanto pela interpenetração entre ciclos naturais e repetições humanas, que, embora temporalmente diferenciadas, são determinantes da vida social.

Nessa ciclicidade temporal-espacial, a natureza é um delimitador da experiência do tempo, tanto no sentido da relação entre o ambiente natural e suas modificações quanto para se pensar que determinados eventos

histórico-sociais são significativos apenas dentro dos limites espaciais nos quais ocorreram. Trata-se da relação entre o evento histórico-natural e seus limites espaciais, tornando o acontecimento restrito àqueles que o viveram e experienciam sua lembrança. A história como um passado sempre vivo não escapa de ser uma experiência restrita em qualquer situação. Ainda que conste em muitos livros didáticos brasileiros a independência dos Estados Unidos, seu significado e sua comemoração remetem às fronteiras estadunidenses, a sua população e suas vivências. Qualquer menção a esse evento fora desses limites espaciais é resultante de questões político-culturais que não cabem serem discutidas aqui.

A saber, este artigo está dividido em cinco partes. Na primeira, apresenta-se o processo histórico de ocupação contemporânea do chamado “Norte do Paraná”. Na segunda parte, evidencia-se a transformação do evento climático Geadas Negras, de 1975, em um marco histórico, por diversos analistas da história regional. Em seguida, demonstra-se a transformação do evento climático em um “iceberg do tempo”, por meio da memória coletiva dos habitantes. Nas duas últimas partes, procura-se demonstrar a existência de um palimpsesto ambiental: tanto na relação entre o mundo natural, o evento climático, quanto na construção dos sentidos do passado pelos humanos. Ainda, avança-se com argumentos que apresentam o evento climático, considerado uma catástrofe, como um elemento para aproximar a História Ambiental das questões levantadas pelo campo da História do Tempo Presente⁴.

Geadas negras: tempo histórico, tempo natural

A cidade de Londrina, localizada no norte do Paraná, cuja existência começou no início dos anos de 1930, conta hoje com quase 600 mil habitantes. Foi uma cidade construída em plena Mata Atlântica, ou propriamente na região da floresta estacional madura semidecídua, que cobria praticamente toda a região. Londrina está inserida em um processo temporal e espacial de expansão das cidades e da população paranaenses, que teve no período de 1930 a 1970 um considerável aumento. Nos dias atuais, o Paraná conta com 399 cidades e aproximadamente 12 milhões de habitantes.

Quase todos os municípios paranaenses surgidos na primeira metade do século XX tiveram uma fase de cafeicultura; ou — melhor dizendo — a cafeicultura foi por um período o grande motor da transformação da floresta em terra de agricultura (Kohlhepp, 2014). As condições meta-históricas do espaço foram sendo transformadas em condições históricas. A floresta foi sendo retirada para expor o solo e a implantação da agricultura, centrada no café. Surgiu o urbano, com todas as tecnologias associadas — estradas, pontes, eletricidade —, outra face da incorporação das “condições transcendentais” ao mundo dos humanos (Koselleck, 2014). Assim como os espaços meta-históricos foram sendo transformados em históricos, surgiram também as narrativas, ou interpretações, sobre o processo, quer seja no campo historiográfico, quer seja no campo da memória (Arruda, 2005; Leme, 2013)

Entende-se que a Geada Negra, devido a sua extensão e seus desdobramentos, representa uma espécie de momento concentrado de todas as relações dos humanos com o mundo natural naquele espaço, um “palimpsesto”. As transformações das condições meta-históricas, embora contassem com a presença humana há mais de 8 mil anos antes do presente, teve nos anos de 1920 uma grande aceleração desencadeada pelo capital, por meio do processo imobiliário de parcelamento daquela vasta região no norte do Paraná.

Os elementos principais na estratégia de comercialização, promovida pela principal companhia imobiliária, a Companhia de Terras Norte do Paraná, estavam concentrados em basicamente dois aspectos: o primeiro era a “garantia de propriedade”, que procurava dirimir possíveis dúvidas de compradores quanto à regularidade legal do parcelamento imobiliário, na tentativa de fugir da fama de grilagem e ilegalidades no processo de apropriação das terras do “sertão” brasileiro; o segundo, que mais ganharia destaque nas décadas seguintes, era a veiculação das qualidades “naturais” da região: florestas magníficas, terras muito férteis, águas de pureza invulgar. Pode-se observar que, no início do processo de urbanização e parcelamento do espaço natural, a propaganda realizada pelos agentes imobiliários remete substancialmente a fatores naturais como estratégia para atração de futuros proprietários dos terrenos, urbanos ou rurais. Em particular, no caso de Londrina e, de forma

ampla, no que viria a ser conhecido como o norte do Paraná, a divulgação da existência das “fertilíssimas terras roxas” seria um dos bordões das propagandas e, posteriormente, entraria nos processos identitários dos habitantes da cidade. Seria quase como, conforme afirmou um escritor londrinense décadas depois, se a cidade tivesse nascido da terra roxa (Pellegrini; Garcia Cid, 1990).

A existência de determinados tipos de árvores na floresta também foi um dos elementos acionados para a comprovação da fertilidade do solo. Essas menções vinham sempre associadas à suposta adequação ao plantio da cafeicultura. Era como se essas narrativas publicitárias sobre o clima e a natureza garantissem a certeza de progresso (Figura 1).

Esse processo histórico aparentemente induz a interpretação de que a antiga dicotomia existente nas interpretações sobre a natureza brasileira, desde o período colonial, entre o inferno e o paraíso, estaria sendo superada, e a natureza finalmente seria somente benéfica aos seres humanos (Carvalho, 1998). À medida que a dinâmica imobiliária se consolidava, com a implantação do urbano, de estradas e ferrovias, e a região recebia milhares de novos moradores, a narrativa da exuberante natureza começava a assumir caráter épico, ou bíblico. A “construção de Canaã”, ou a “Terra da Promissão”, e mesmo “O Eldorado” também estavam presentes em peças publicitárias, que nas décadas seguintes seriam incorporadas por cronistas da cidade nas narrativas sobre a sua própria história. Assim, todos os elementos naturais estavam presentes, somente faltavam o ser humano e o trabalho para produzir o progresso.

Figura 1 – Narrativa publicitária sobre as terras do norte paranaense



Fonte: Propaganda da Cia. de Terras Norte do Paraná, década de 1930 - acervo NDPH/UEL

Em 1984, na comemoração do aniversário de 50 anos da transformação do núcleo urbano inicial em município⁵, foi instalado um monumento no lugar onde teria sido o primeiro rancho, o “marco zero” da demarcação promovida pela companhia imobiliária no fim dos anos de 1920, lugar no qual ainda resiste um pequeno trecho de floresta nativa. No monumento, dedicado aos participantes da caravana de demarcação, existe uma placa com os seguintes dizeres:

Toda cidade tem seu berço ou deveria ter / Este é o berço de Londrina / Londrina nasceu aqui no dia 21 de agosto de 1929 / Da natureza altiva veio a água boa que aflora imensa; as árvores frondosas deram suas primeiras casas e a sombra amiga que conforta; os pássaros, na madrugada, entoam o canto da liberdade e do trabalho e, no poente agradecem a Deus o milagre da vida, renovado a cada dia / Naquela data, em nome da Companhia de Terras Norte do Paraná, um punhado de homens aqui chegou e, com o coração cheio de energia e confiança no futuro, de joelhos, plantaram suas primeiras sementes [...] (Leme, 2013, p. 78).

Em Londrina, a natureza — então já uma condição histórica do espaço — foi transformada em condição de identidade, mas não somente no seu aspecto de “riqueza” oriunda da terra. Após a década de 1970, o clima viria a se tornar um marco da presença da natureza para os habitantes humanos da cidade. Em 18 de julho de 1975, ocorreu um evento climático extremo que ficou conhecido como a **Geada Negra**. Esse momento tornou-se um marco temporal fundamental para se entender as relações dos humanos dessa sociedade com o mundo natural.

Ele foi tomado como — e continua sendo considerado — o responsável por todas as transformações socioeconômicas e, portanto, ambientais que ocorreram posteriormente à data. A percepção sobre o evento, criada e incorporada pela memória coletiva, tomou tal magnitude que poderíamos compará-lo à figura do “buraco negro”, da astrofísica, o qual tudo absorve, elidindo completamente, ou quase, a participação humana nas decisões anteriores e posteriores que determinaram concretamente as relações socioambientais daquela sociedade. Foi considerado um “desastre natural”, talvez um “ato de Deus” (Steinberg,

2000). Assim como foi incorporado na memória social como marco temporal, também a historiografia passou a considerá-lo marco histórico.

Geadas e historiografia

Em 18 de julho de 1975, o dia amanheceu gelado na região de Londrina, as temperaturas tinham chegado, em algumas partes, a menos de 4°C. Era o resultado de uma frente fria que atingiu todo o Sul e o Sudeste, tendo chegado ao Centro-Oeste e parte do Nordeste (Figura 2). No Paraná foram dizimados cerca de 850 milhões de pés de café, a produção dos grãos dos anos seguintes ficou comprometida.

Figura 2 – Esquema ilustrativo da onda de frio de 1975

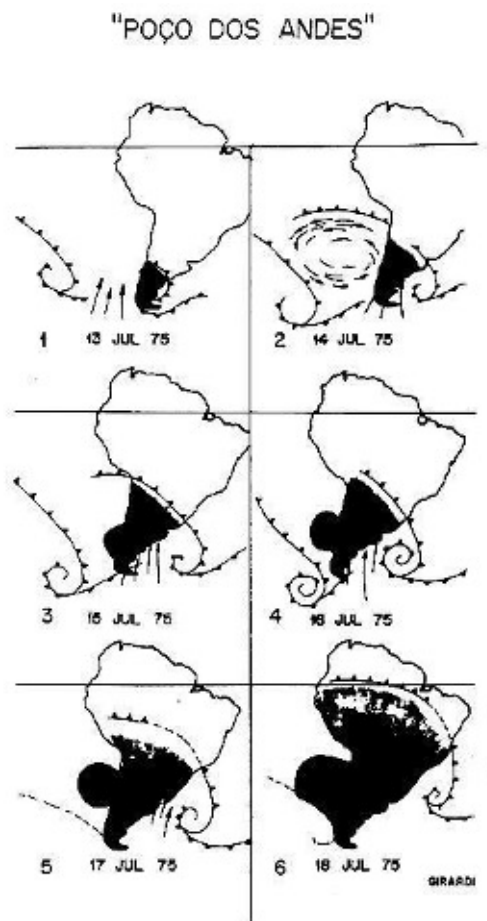


FIG. 3 - Esquemática do Evento "Poço dos Andes" baseada na sequência fotográfica do Satélite Geostacionário SMS-2, entre 13 e 18 de Julho de 1975.

Fonte: (Especial [...], 2010)

Ocorreu, então, o que ficou conhecido como “Geada Negra de 1975”. Esse evento climático teve amplas repercussões regional e nacional. Mobilizou desde o governo federal até os governos municipais. A extensão e a importância de seu impacto são bastante conhecidas. As manchetes de dois dos principais jornais do país à época, “O Estado de S. Paulo” e a “Folha de São Paulo”, dão uma mostra da amplitude do fenômeno climático: “Geada devasta lavoura do centro-sul” foi a manchete do Estadão (O Estado de São Paulo, 1975, p. 1). “Lavoura de café duramente atingida”, destacou a Folha (Folha de São Paulo, 1975, p. 1). No estado do Paraná, todos os jornais deram destaque à geada. “Não sobrou um único pé de café” foi a manchete da Folha de Londrina (Folha de Londrina, 1975, p. 1)⁶.

Posteriormente ao evento, diversos pesquisadores que realizaram estudos sobre o norte do Paraná, embora não tivessem abordado a geada como temática principal, referenciaram o fenômeno climático como marco temporal. Tais análises demonstram como a geada tornou-se um fenômeno histórico. Para Márcia Carvalho (1991), a geada representou um marco significativo nas relações de trabalho, provocando mudanças significativas no campo (meio rural). O evento climático aparece como sendo uma espécie de “pá de cal” nas formas de produção baseadas em pequenas propriedades e em porcenteiros. Outro analista, Dalton Moro (2011, p. 28), considera que a geada de 18 de julho de 1975 foi de grande intensidade e praticamente dizimou os cafezais do norte do Paraná, “[...] acelerando o processo de sua erradicação e a sua substituição por outras atividades produtivas”.

Também para Elpídio Serra (2015), o processo de modernização da agricultura do Paraná, já em andamento, somente teria se concretizado após a geada de 1975. Serra (2015) compreende que a Geada Negra liberou espaço para o cultivo de outros produtos agrícolas de bases mecanizadas, considerando-a como o “golpe de misericórdia” da cafeicultura do norte do Paraná. Mais recentemente, com a expansão do campo da História Ambiental no Brasil, surgiram, entre 2017 e 2018, três novos estudos que retomam o evento climático: as dissertações de mestrado de Lucas Mores⁷ (2017), Caroline Oliveira (2017) e Juliane Moreira (2018). Um aspecto em comum aos três estudos é que conceituaram a geada

como um “desastre socioambiental”, ampliando, assim, as possibilidades de análise.

Segundo Lucas Mores (2017, p. 296), que teve como objetivo principal em sua dissertação enfatizar uma história ambiental do “agroecossistema da cafeicultura”, a geada de 1975 foi de elevada intensidade para os cafeeiros do norte paranaense, e “[...] diferente da memória criada sobre o evento, a geada de 1975 foi um ponto importante para acelerar as transformações que já estavam ocorrendo na cafeicultura paranaense [...]”. Assim, a contribuição de Mores avança no entendimento sobre o evento climático, mas não alcança — o que de fato não era seu propósito — as possíveis razões para a geada ter se tornado tão presente na memória e na temporalidade locais.

As análises de Lucas Mores foram incorporadas tanto por Oliveira (2017) quanto por Moreira (2018). Caroline Oliveira buscou entender como o evento climático foi gradualmente se tornando parte da memória local, até se tornar um “lugar da memória”. Baseando-se em pesquisa no jornal Folha de Londrina, para Oliveira, em 1985, o sentido de marco temporal já estava anunciado. No jornal, afirma-se: “Quem tem saudades?”, “[...] se a geada de 1975 não tivesse ocorrido, a história teria outros contornos em relação à cafeicultura” (Oliveira, 2017, p. 106).

As permanências do discurso construído em 1975 se mostram a partir da questão do colonato, idealizado nessa reportagem citada por Oliveira (2017, p. 109) como “[...] um sistema gerador de empregos e de ascensão social para as famílias que moravam no campo”. Ao analisar a longa reportagem publicada em 2015, a pesquisadora concluiu que o café continuava presente como mais um cultivo, mas a cafeicultura praticada entre 1940 e 1970 estaria superada, tendo sido por fim erradicada pela geada de 1975.

Juliane Moreira (2018) acompanhou as análises sobre a geada de 1975 como sendo um desastre socioambiental, tal como proposto por Lucas Mores (2017), e depois ampliado por Caroline Oliveira (2017) para os “lugares de memória”. Moreira, porém, acrescenta outra perspectiva de análise histórica sobre a

geada, que incidiu diretamente sobre a memória do evento: o frio e a queima dos cafezais (devido às baixas temperaturas).

As lembranças da geada e as percepções sobre ela, para Moreira (2018, p. 138), são mais amplas, propondo a perspectiva de uma “história encarnada”, como estratégia para aprofundar os significados da geada para além da atribuição de responsável pelo “fim do ciclo cafeeiro” no Paraná. Para a autora, assim como para Mores e Oliveira, a geada foi assunto de matérias jornalísticas e outras mídias desde o primeiro momento, e atualmente ainda mobiliza os interesses midiáticos.

Essas análises da geada de 1975 como um desastre socioambiental permitiram a ampliação da compreensão do fenômeno para além das interpretações que haviam atribuído à geada a capacidade de ter erradicado a cafeicultura. As recentes interpretações apontam para os usos políticos e econômicos; a constituição de lugares da memória; os impactos diferenciados em atores sociais desiguais; a permanência nas lembranças como algo físico, o frio etc. Portanto, entende-se que é possível pensar a geada de 1975 como um palimpsesto. A ênfase no fenômeno — como lugar de memória, marco temporal, gênese de tempos e mudanças — mostra a tendência de segmentar o mundo natural: terra, floresta, água, clima.

Nunca mais venderei peneiras: o café acabou

No dia 18 de julho de 1975, amanheceu frio, gelado na cidade de Londrina. O principal jornal local, *Folha de Londrina*, na primeira página estampou o título “Em Curitiba, a neve. No Norte, nesta madrugada já estava geando”; o texto indica a percepção de que estariam diante de um fato histórico:

Às 2 horas da manhã de hoje, quando encerramos os trabalhos da redação, a temperatura ainda continuava em 02 graus, aqui no centro, tudo indicando que estaríamos no limiar de mais um dia **tristemente histórico** para o Norte do Paraná: um dos dramáticos dias de cafezais esturricados pelo frio (Em Curitiba [...], 1975, p. 1, grifo nosso).

No dia seguinte, 19 de julho de 1975, a manchete desse jornal decretou: “Não sobrou um único pé de café”. O texto reproduz a fala do então presidente da Sociedade Rural do Paraná, Manoel Garcia Cid: “Está decretado o **fim da cafeicultura** no Paraná. A cafeicultura está de luto. Nunca houve uma geada tão forte. O café está totalmente destruído, arrasado” (Não sobrou [...], 1975, p. 1, grifo nosso)⁸ No restante desse texto e em outras matérias aparecem termos como **extensa mortalha, violência, verdadeira calamidade** (Folha de Londrina, 1975, p. 1-2, grifo nosso). Ainda nessa mesma edição, há declarações de autoridades que

[...] verificaram pessoalmente o estrago nas lavouras [...], Jaime Canet Junior [...], vice-governador Octávio Cesario [...], o secretário interino da agricultura Joaquim Severiano [...]. Os três se encontraram em Londrina [...], repetiram uma única frase: ‘**está tudo perdido**’ [...]. **Não haverá mais cafeicultura no Paraná**”, dizia Wilson Baggio, presidente do Sindicato de Cafeicultores de Cornélio Procópio [...]. (Jaime [...], 1975, p. 4, grifo nosso).

Na coluna do jornalista Oswaldo Militão (1975, p. 3), colunista social, o título foi: “Velório da cafeicultura”, que sintetiza não somente a percepção dos contemporâneos como marca para o futuro o significado do evento climático. Outro colunista usa expressões como **desastre, calamidade, tragédia, desolação**, mas não concorda com o “**café já era**” (Adum, 1975, grifo nosso). No dia seguinte, domingo, 20 de julho, o editorial da *Folha de Londrina* aponta: “Traumatizados pela geada, indiscutivelmente a mais violenta das últimas décadas, os cafeicultores encaram com pessimismo o futuro. E não faltavam os que consideravam que essa “**geada marcou o fim da cafeicultura no Paraná.**” (O Brasil [...], 1975, p. 2, grifo nosso). Nesse mesmo dia, Wilson Baggio, presidente do Sindicato Rural de Cornélio Procópio, município próximo a Londrina, e grande cafeicultor, entregou ao ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes, que veio à região para conferir a extensão dos efeitos da geada, um memorando com medidas para socorrer os cafeicultores (Jaime [...], 1975, p. 4).

Em 1980, 5 anos depois, o fenômeno climático continuava na pauta das

discussões governamentais em nível estadual, ainda na tentativa de encontrar medidas para atenuar as consequências socioeconômicas. Em julho de 1980, o governo do Paraná lançava o Programa de Estabilização do Parque Cafeeiro Paranaense (Procafé), com o objetivo de “estabilização do parque cafeeiro” do estado, aumentando-o em 100 milhões de covas, de cerca de 770 para 870 milhões, em 10 anos. O Procafé pretendia a renovação no cafezal na taxa de 5% ao ano e o desenvolvimento de outras culturas de menor risco. Além disso, o programa teve a finalidade de atenuar os problemas sociais e econômicos que ocorreram em face das geadas que trouxeram grandes prejuízos à lavoura em 1975 (Secretário [...], 1980, p. 6).

Em 1990, 15 anos após o evento, o iceberg já estava visível. O jornal *Folha de Londrina* realizou uma série de cinco reportagens, entre os dias 20 e 25 de julho, sobre a “ascensão e queda da cafeicultura paranaense”. Na primeira página se fazia a chamada para as reportagens, com o título: “Café: o fim do reinado” (Café [...], 1990). No *lead* da matéria, o texto aponta: “Julho de 1975: a geada negra destrói milhões de pés de café no Paraná e estabelece uma **nova fronteira** econômica e social. [...] E o começo de um **novo ciclo**: O Estado abre os campos para outras culturas. Os cafezais **perdem o reinado e ganham um lugar na história**” (Vicente, 1975, grifo nosso). No texto principal, Edson Vicente reproduz as principais manchetes do jornal das edições do dia 18 e dos dias seguintes de julho de 1975, repondo, assim, a interpretação do evento como catástrofe, a qual encerrou um tempo, um ciclo, uma época. No dia 22 de julho de 1990, domingo, a segunda reportagem era sobre início, crescimento e “apogeu” da cafeicultura no Paraná, de autoria do repórter Walter Ogama. Na parte final da reportagem, que ocupava a última página inteira, o jornalista escreveu:

De crise em crise a cafeicultura enriquece alguns, ao mesmo tempo em que empobrece outros. O que é considerado ‘**golpe de misericórdia**’ aconteceu em 1975, na madrugada do dia 18 de julho, quando a geada negra destrói 450 milhões de cafeeiros, dos cerca de 950 milhões existentes na época (Ogama, 1975, p. 32, grifo nosso).

Não era apenas no discurso do repórter — e do jornal — que a geada havia se tornado um iceberg do tempo. Na quarta matéria, no dia 24, o título era “Importância reduzida”. No *lead* da chamada transcreveu-se fala do presidente do Centro de Comércio de Café em Curitiba, João Bassaneze: “**O café já foi Deus. Hoje é nada**” (Folha de Londrina, 1990)⁹. As reportagens no jornal eram recorrentes nos anos seguintes, em particular no mês de julho, ou quando ocorriam geadas, como no ano de 2000, 25 anos após o evento.

No dia 16 de julho de 2000, a chamada secundária da página inicial era “Geada 'abala' edifício do café” (Folha de Londrina, 2000a, p. 1), fazendo referência ao Edifício América, no centro de Londrina, onde funcionavam cerca de 30 escritórios de comercialização de café. No dia 23 de julho, domingo, na primeira página, em uma fotomontagem colorida, central, são mostrados dois irmãos que eram cafeicultores em 1975 e que viviam, à época corrente, vendendo vassouras e sapatos; ao fundo, uma plantação de café. A legenda dessa imagem aponta: “Órfãos do tempo. Lindolfo Pelisser vende vassouras, o irmão, Antonio, oferece sapatos de porta em porta em Londrina: ex-produtores de café” (Folha de Londrina, 2000b, p. 1). A matéria relata a trajetória de três famílias que, em 1975, eram de pequenos agricultores de café na região e foram atingidos pela geada. No caderno *Reportagem*, o fio superior contém “1975: O ano negro”, em negrito; o título em letras vermelhas, grandes, “Lembranças amargas”; o *lead*, “De cafeicultores, Antonio virou vendedor de sapatos, Lindolfo comercializa vassouras de porta em porta e Francisca sustenta a família como doméstica”. No meio do texto, um subtítulo: “Família viu o esforço de anos cair por terra de um dia para o outro” (Leão, 1975, p. 20).

A maior evidência, porém, de que o fenômeno climático havia se tornado um “iceberg do tempo”, um marco temporal inscrito na memória e na história, pode ser notada nos momentos em que se completam períodos como décadas e séculos, ou seja, uma efeméride. Assim, em 2015, 40 anos após o evento, o mesmo jornal publicou na primeira página uma chamada para uma reportagem especial. No fundo, uma fotomontagem colorida de um cafezal, terreiro de café em primeiro plano, uma peneira e o fundo com céu azul. Como título, “Geada Negra. Após 40 anos, café ainda é moeda valiosa em Londrina” (Após [...], 2015,

p. 1)

No texto da chamada, tem-se: “**Quatro décadas depois do frio intenso** (6°C negativos) que dizimou os cafezais do Norte do Paraná a cidade precisou se **reinventar**: fortaleceu o setor de serviços e agora consolida o setor de tecnologia da informação” (Após [...], 2015, p. 1, grifo nosso). Na segunda página, no editorial do jornal intitulado *Lições da geada*, os redatores escreveram:

Há quase 40 anos um fenômeno natural contribuiu para mudar drasticamente a história da Região Norte do Paraná. A “geada negra”, em 18 de julho de 1975, **decretou a perda definitiva do título de “Capital Mundial do Café” a Londrina.** [...] No entanto, impossível de apagar, o café ainda está presente na identidade da cidade, seja por prédios e avenidas que levam o seu nome ou pela movimentação econômica. [...] Após aquele período, [...] a cidade teve que se **reinventar** [...]. Agora, **sem menosprezar o passado**, é preciso buscar soluções [...] (Lições [...], 2015, p. 2, grifo nosso).

No caderno *Reportagem*, repetindo o título da primeira página, o texto incorpora a foto da capa do jornal do dia 19 de julho de 1975. Ao longo do texto, assinado por Carlos Felizardo, aparecem as transformações ocorridas na agricultura do Paraná após a geada de 1975, tendo a soja ocupado o lugar das lavouras de café, representando 47% das exportações do município, contra apenas 10,66% do café. No entanto, não apenas economicamente, o café continuava presente na cidade. Vários edifícios, ruas, bairros, estádio, shopping utilizavam o café no nome: Estádio do Café, Conjunto Cafezal e até Shopping Catuaí. A reportagem ainda traz o depoimento da coordenadora do museu local, Regina Célia Alegro, que reforça o argumento de que o café estaria enraizado na identidade regional: “Todos os alicerces da cidade foram erguidos sobre o café, de forma que isso está arraigado na identidade londrinense” (Felizardo, 2015, p. 7).

A continuidade dos argumentos chama a atenção por evidenciar os significados de “iceberg” que a geada assumiu: “De acordo com Regina, os visitantes do museu preferem contar histórias das décadas de 1950 e 1960. ‘Eles falam menos do tempo da crise, talvez pelo tamanho do trauma, difícil

de ser medido ainda hoje” (Felizardo, 2015, p. 7). Essa reportagem, como a da página seguinte – “Menos quantidade, mais qualidade” –, tem a intenção de demonstrar que a geada seria apenas um lugar do passado para os cafeicultores que, agora, recorrendo a tecnologia e novas formas de plantio, continuaram na atividade: “Mesmo com todas as adversidades, a resiliência dos cafeicultores se mostrou mais forte. A adaptação que garantiu a sobrevivência dos cafezais no Estado passou pelo processo da troca da quantidade pela qualidade”, escreveu Carlos Felizardo (2015).

A última matéria da edição de 2015 sobre a Geada Negra é um artigo do jornalista e memorialista local, Widson Schwartz, com o título “‘Marco divisor’ na agricultura do Estado”. Schwartz faz uma extensa análise sobre o processo de mudança na agricultura do estado, tendo se iniciado ainda nos anos de 1960, com o “plano de diversificação da lavoura” (Schwartz, 2015 p. 9). No fim do texto, reproduz trecho da memória de uma cafeicultora local:

Passados 40 anos, Ruth Bárbara Steidle recorda que foi em plena colheita na propriedade da família, a Fazenda Bimini, em Rolândia. Mesmo com a geada, houve necessidade de comprar peneiras. Incumbida, Ruth chegou à “Casa Abrunhosa” e ouviu do velho comerciante a sentença: “**O café vai acabar**”. Fez preço de custo para Ruth e reafirmou a convicção: “**Sei que nunca mais vou vender peneiras**”. O pioneiro Abrunhosa, que se estabeleceu em 1935, provavelmente recordava devastações anteriores: as geadas de 1953 e 1955 “queimaram” 58 e 65% dos cafezais; a de 1969, dizimou 70% e a de 1972, 58%. Mas em 1975 nada sobrou (Schwartz, 2015 p. 9, grifo nosso).

A cafeicultura continuava, mas a geada de 1975, um evento climático extremo, havia se tornado um “iceberg do tempo”, marcando o antes e o depois entre o reino do café e o reinado da soja, assim como as peneiras, para o Sr. Abrunhosa, eram as marcas do fim do tempo da cafeicultura.

Geada negra: um palimpsesto ambiental

Desde a análise de Donald Worster (1982) sobre o Dust Bowl (tempestade

de areia que ocorreu nos Estados Unidos na década de 1930), eventos naturais extremos entraram para o campo da História Ambiental. O autor pensou esses fenômenos como desastres socioambientais, uma estratégia para investigar as formas como a sociedade interage com o mundo natural. A História Ambiental, por muitos anos, adotou a agenda de pesquisa promovida por Worster, sendo os desastres naturais um campo de mediação entre sociedade e meio ambiente. Portanto, uma questão é inevitável: se Dust Bowl modificou, no meio-oeste estadunidense, a relação entre uso da terra e presença humana, a Geada Negra teria uma condição semelhante no Paraná?

A geada de 1975 rapidamente foi incorporada como o motivo principal da transformação da estrutura socioagrária que existia na região. O evento climático foi responsabilizado pelas crises social e econômica que atingiram a população que habitava aquele espaço. Ao mesmo tempo, serviu de biombo para obscurecer a profunda desigualdade resultante das transformações econômicas, sociais e políticas que já estavam em curso e que ganharam força posteriormente. Esse processo foi chamado “modernização da agricultura do Paraná”, resultando em um gigantesco deslocamento da população do campo e das pequenas cidades para médias e grandes cidades do próprio estado, assim como para outras regiões. Abria-se, assim, uma nova temporalidade das relações do humano com o mundo natural, uma nova etapa de reorganização do mundo natural naquela região.

O processo de reorganização da natureza em um sistema agroecológico iniciado em fins dos anos de 1920, com a urbanização e a colonização imobiliária da natureza simplificada em terra, resultou na quase erradicação da antiga floresta estacional, surgindo uma nova paisagem que teve, por algumas décadas, a predominância quase total dos cafezais. No novo tempo, pós-Geada Negra, alavancado pela expansão de novos cultivos (soja-milho-trigo), a paisagem foi transformada e, nas zonas rurais, em muitos casos, pode ser definida como um “mar de soja”.

Com essa transformação socioeconômica da região, pode-se constatar uma modificação no âmbito cultural. Trata-se da reorganização entre natureza e

seres humanos em sentido puramente cultural, sendo que, no caso, a Geada Negra promoveu o afastamento das relações de memória e simbolismos entre a terra e as pessoas que habitavam a região, ou seja, um processo de distanciamento cultural entre aqueles que antes tinham uma proximidade com o ambiente e o seu conseqüente afastamento do mundo natural, estimulado pela modernização agrícola e o agronegócio. William Cronon (1996), ao discutir a agenda de pesquisa de Donald Worster (1982), considerou que o alimento não seria apenas um produto para sobrevivência orgânica do ser humano, mas também um *constructo social*. Segundo Cronon (1996), comer seria também um ato reflexionante sobre o alimento e suas relações sociais e naturais.

Entendemos que os “alimentos”, assim como a “natureza”, são também elaborados como construções culturais, indicando que os humanos, para além do valor material – como o café –, denotam valores morais, sentimentos, percepções, todo um conjunto de construções culturais. Ou seja, são elementos marcantes das relações dos humanos com o mundo natural, em que a própria noção de natureza é derivada da ideia de ser humano e sociedade (Williams, 2011). Assim, as relações dos humanos foram mais do que simplesmente o cultivo de uma espécie vegetal com fins econômicos. A nova reorganização do mundo natural, com a introdução de soja-milho-trigo, teria representado uma transformação nas ideias sobre a natureza.

Para Klanovicz e Mores (2017, p. 246), a introdução da produção de soja-trigo-milho, depois denominada *agronegócio*, representou transformações – até então – inéditas na agricultura e, portanto, na reorganização da natureza, que se estabelece como uma indústria produtiva, aparecendo um novo *ethos*, que simplifica e reduz o pensamento pela “[...] burocratização da produção agrícola e, no caso do Brasil do pós-guerra, pela institucionalização do controle sobre as práticas agrícolas na mão do estado e de seus agentes modernizadores (os técnicos) [...]”, em conjunto com o interesse dos fazendeiros, transformando o campo em um novo espaço industrial.

A introdução dessas novas espécies, com a industrialização do campo, implicou também a transformação da relação dos humanos com a terra, no

sentido de lugar de produção. Na cafeicultura, em particular nas pequenas e médias propriedades, de caráter familiar, os agricultores teriam mantido um sentimento de respeito pela “sua terra”, um lugar de afetividade. São inúmeros os depoimentos sobre isso. Já na “moderna produção da agricultura” – o *agronegócio* –, esse sentimento pela terra desapareceu, ela seria apenas uma parte do capital necessário para a produção, um “insumo a mais”. Seria, conforme afirmou Cronon (1996), um processo de dessacralização total da relação entre ser humano e terra, como resultado de construções culturais que têm temporalidades determinadas, tornando a natureza nada mais que um elemento comum, um espaço de produção, sem significado afetivo para os seres humanos.

A narrativa sobre o desaparecimento da cafeicultura, que teria sido provocada pela Geada Negra, presente na memória e em praticamente toda a historiografia, serviu como ponta de lança para o aprofundamento da visão simplificada do mundo natural. As ações dos atores sociais, em particular os grandes proprietários, o estado e as corporações industriais/financeiras, associados à agricultura industrializada, impulsionaram um discurso no qual os fatores naturais já não contavam, ou podiam ser controlados, por meio da ciência agrícola (Delgado, 2001; Klanovicz; Mores, 2017).

Inaugura-se assim um novo tempo. Uma temporalidade em que, ao contrário do tempo da cafeicultura, a tecnologia traria meios para evitar as consequências dos fenômenos naturais sobre a produção. Os novos cultivos, as técnicas e os produtos químicos que passaram a ser utilizados auxiliam os produtores a se “livrarem da natureza”. As secas, geadas e erosões já poderiam, agora, serem “dribladas” pela racionalização da tecnologia, ou seja, ainda sobreviveria o “mito” da terra roxa, mas que agora já não seria mais primordial. A criação do Centro Nacional de Pesquisa em Soja (Embrapa/Soja) na cidade de Londrina, no ano de 1975, 2 anos após o surgimento da Embrapa Nacional, é uma forte evidência dessa afirmação (Campos, 2010).

Assim como Dust Bowl, as ondas de frio que formam as geadas sempre existiram, e também produziam impactos no mundo natural, mas foram as

transformações provocadas pelos humanos que produziram as consequências da Geada Negra de 1975. Parte dessas consequências para a cafeicultura foi resultado de uma das características do processo de reorganização dos sistemas naturais para a produção de alimentos, mas não somente de alimentos, que é a tendência da simplificação e especialização do mundo natural.

Conclusão: geada negra, uma ruptura temporal

A Geada Negra de 1975 foi percebida como uma “catástrofe” pelos contemporâneos, mas, como metáfora, pode-se pensar que ela foi mais um desenlace de um ato, não o último. Desenlace da peça que narra outro drama, que ainda não terminou, não teve um fim, que é a “devastação”, como parte das transformações climáticas pela qual passa a biosfera.

A data de 18 de julho de 1975 é mais um elemento comemorativo, rememorativo de uma fase, ou de uma etapa da história regional que passou, que sofreu a transformação do tempo, tempo natural, e avançou no tempo humano, tempo de progresso. A efeméride que está a ponto de alcançar seus 50 anos é um marco de saudosismo por um suposto passado glorioso da cafeicultura do norte do Paraná, mas os tempos novos, ali inaugurados, foram de maior prosperidade, ou teriam sido, ao menos para alguns.

Referências

ADUM, Hamil. O café seus caminhos. *Folha de Londrina*, Londrina, 19 jul. 1975. Coluna Ronda pela Cidade. Caderno 2.

APÓS 40 anos, café ainda é moeda valiosa em Londrina. *Folha de Londrina*, Londrina, 12 jul. 2015. Primeira página.

ARRUDA, Gilmar. Monumentos, semióforos e natureza nas fronteiras. *In: ARRUDA, Gilmar. Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas*. Londrina: Eduel, 2005. p. 1-43.

BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. *In: NOVAES, Adauto. Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 19-32.

CAFÉ: o fim do reinado. *Folha de Londrina*, Londrina, p. 1, 20 jul. 1990. Coluna esquerda inferior.

CAMPOS, Margarida Cássia. *A Embrapa/Soja em Londrina-PR, a pesquisa agrícola de um país moderno*. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 38, p. 1-20, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69091998000300004>

CARVALHO, Márcia Siqueira de. *A Pequena Produção de Café no Paraná*. 1991. Tese (Doutorado Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

CRONON, William. Introduction: in search of Nature. In: CRONON, William (org.). *Uncommon ground: rethinking the human place in Nature*. New York: W. W. Norton, 1996. p. 23-56.

DELGADO, Guilherme C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. *Estudos avançados*, v. 15, n. 43, p. 157-172, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300013>

EM CURITIBA, a neve. No Norte, nesta madrugada já estava geando. *Folha de Londrina*, Londrina, 18 jul. 1975.

ESPECIAL: 35 anos da geada de 1975: entenda o que foi a Geada Negra que dizimou todas as plantações de café do Paraná. *Cafeicultura*, Rio Paranaíba, 17 jul. 2010. Disponível em: <https://revistacafeicultura.com.br/especial-35-anos-da-geada-de-1975-entenda-o-que-foi-a-geada-negra-que-dizimou-todas-as-plantacoes-de-cafe-do-parana/>. Acesso em: 20 ago. 2024

FELIZARDO, Carlos. ‘Após 40 anos, café ainda é moeda valiosa em Londrina. *Folha de Londrina*, Londrina, 23 jul. 2015.

FOLHA DE LONDRINA. Londrina, 19 jul. 1975. Manchete.

FOLHA DE LONDRINA. Londrina, 16 jul. 2000a.

FOLHA DE LONDRINA. Londrina, 23 jul. 2000b.

FOLHA DE LONDRINA. Londrina, 24 jul. 1990.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, n. 16.930, 19 jul. 1975.

JAIME Canet a Geisel: ‘Não sobrou um pé de café e o trigo foi dizimado’. *Folha de Londrina*, Londrina, 19 jul. 1975.

KLANOVICZ, Jo; MORES, Lucas. A sojização da agricultura moderna no Paraná, Brasil: uma questão de história ambiental. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, v. 6, n. 2, p. 240-263, 2017. DOI: <https://doi.org/10.21664/2238-8869.2017v6i2.p240-263>

KOHLHEPP, Gerd. *Colonização agrária no Norte do Paraná*. Maringá: EDUEM, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

LEÃO, Silvana. 1975: O ano negro: lembranças amargas. *Folha de Londrina*, Londrina, p. 20, 20 jul. 1975.

LEHMKUHL, Ursula. Historicizing Nature: time and space in German and American environmental historiography. In: LEHMKUHL, Ursula; WELLENREUTER, Helmut. *Historians and Nature*. New York: Ber, 2007. p. 17-44.

LEME, Edson J. Holtz. *O teatro da memória: o Museu Histórico de Londrina: 1959-2000*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

LIÇÕES da geada. *Folha de Londrina*, Londrina, 23 jul. 2015. Editorial.

LUBKEN, Uwe. Histories of the Unprecedented: Climate Change, Environmental Transformations, and Displacement in the United States. *Open Library of Humanities*, London, v. 5, n. 1, p. 1-26, 2019. DOI: <https://doi.org/10.16995/olh.347>

LÜBKEN, Uwe; MAUCH, Christof. Floods in a transatlantic perspective. *GHI Bulletin*, Washington, v. 35, p. 99-111, 2004.

MILITÃO, Oswaldo. O Velório da cafeicultura. *Folha de Londrina*, Londrina, 19 jul. 1975. Caderno 2.

MOREIRA, Juliane R. Santos. *Atividade cafeeira entre planos de governo e intempéries climáticas: o caso da cafeicultura no Paraná (1960/1975)*. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Ponta Grossa,

Ponta Grossa, 2018.

MORES, Lucas. *História ambiental do agroecossistema do café (Coffea arábica) no norte do Paraná (1945-1975)*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

MORO, Dalton Áureo. Desenvolvimento econômico e dinâmica espacial da população no Paraná contemporâneo. *Boletim de Geografia*, Maringá, v. 16, n. 1, p. 1-56, 2011. DOI: <https://doi.org/10.4025/bolgeogr.v16i1.1215>

NÃO SOBROU um único pé de café. *Folha de Londrina*, Londrina, 19 jul. 1975

NODARI, Eunice Sueli; ESPINDOLA, Marcos Aurelio; LOPES, Alfredo Ricardo Silva (org.). *Desastres socioambientais em Santa Catarina*. São Leopoldo: Oikos, 2015.

O BRASIL precisa de café. *Folha de Londrina*, Londrina, 20 jul. 1975. Editorial.

O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, n. 36.771, 19 jul. 1975.

OGAMA, Walter. As primeiras sementes. *Folha de Londrina*, Londrina, 20 jul. 1975. Manchete. Editoria Especial.

OLIVEIRA, Caroline Silveira. *A “geada negra” de 1975 em Londrina-PR: de evento climático a lugar de memória*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

PELLEGRINI, Domingos; GARCIA CID, Celso. *O tempo de seo Celso*. Londrina: Gráfica Ipê, 1990.

POMIAN, Krzysztof. Tempo/Temporalidade. In: *ENCICLOPÉDIA Einaudi*, Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1993. v. 29, p. 11-82.

SCHENK, Gerrit Jasper. Historical disaster research: state of research, concepts, methods and case studies. *Historical Social Research*, Nova York, v. 32, n. 3, p. 9-31, 2007. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20762218>. Acesso em: 20 ago. 2024.

SCHWARTZ, Widson. “Marco divisor” na agricultura do Estado. *Folha de Londrina*, Londrina, 23 jul. 2015.

SECRETÁRIO leva ao IBC programa para desenvolver a agricultura. *Folha de Londrina*, Londrina, 30 jul. 1980. Caderno Paraná, p. 6.

SERRA, Elpídio. O novo modelo agrícola e a proletarização do trabalhador rural no norte do Paraná. In: ROSAS, Celso A. R. Fonseca (org.). *Perspectivas da Geografia Agrária no Paraná: abordagens e enfoques metodológicos*. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015. p. 25-38.

STEINBERG, Ted. *Acts of God - The unnatural history of natural disaster in America*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VICENTE, Edson. Café, uma amarga história. *Folha de Londrina*, Londrina, 20 jul. 1975. Caderno Reportagem, p. 28. Editoria especial.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. Tradução de André Glasser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WOODCOCK, George. A ditadura do relógio. In: WOODCOCK, George. *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2020.

WORSTER, Donald. *Dust Bowl: the southern plains in the 1930s*. Oxford: Oxford University Press, 1982.

Notas

¹Universidade Estadual de Londrina - UEL.

²Universidade Estadual de Maringá - UEM.

³Apontamos alguns autores e trabalhos na historiografia ambiental que fizeram a abordagem sobre eventos climáticos extremos ou então desastres naturais: No âmbito internacional Uwe Lübken “Histories of the Unprecedented: Climate Change, Environmental Transformations, and Displacement in the United States” de 2019 e junto a C. Mauch “Floods in a transatlantic perspective” de 2004; Ursula Lehmkuhl em “Historicizing Nature: Time and space in German and American environmental historiography” de 2007; Gerrit Jasper Schenk “Historical disaster research: state of research, concepts, methods and case studies” de 2007 e no Brasil indicamos o livro organizado por Eunice Nodari, Marco A. Lopes e Alfredo R. Silva “Desastres socioambientais em Santa Catarina” de 2015.

⁴Importante destacar que esta análise não tem como objetivo discutir o fim da cafeicultura do norte paranaense, muito menos o impacto da Geada Negra em termos econômicos ou no que diz respeito às diferentes formas de recepção e enfrentamento do evento entre as classes sociais que habitavam a região do norte paranaense.

⁵O núcleo urbano de Londrina foi estabelecido em 1929 e tornado município em 1934.

⁶No caderno dois, na coluna de Oswaldo Militão (1975, p. 3), colunista social do jornal, o destaque era: ‘O VELÓRIO DA CAFEICULTURA’

⁷Infelizmente, esse talentoso pesquisador faleceu em 2019, aos 27 anos, interrompendo precocemente uma vida dedicada à pesquisa na área. Estava realizando seu doutoramento na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Certamente, as suas pesquisas seriam grandes contribuições para a historiografia, como demonstra a sua dissertação de Mestrado.

⁸A declaração de Manoel Garcia Cid apareceu novamente na página 4 – coluna inferior direita: *Presidente da Sociedade Rural: “Está decretado o fim do café”. O processo de mudança do perfil da agricultura, suas causas e consequências na região, e no Paraná, não está aqui em discussão* (Folha de Londrina, 1975, p. 4, grifo nosso).

⁹Primeira página, chamada para a série de reportagens sobre café (4).